



SINDPÚBLICOS-MG COMUNICAÇÃO

O jornal do servidor público - Ano XIV - Jun/Jul/Ago de 2022

SINDPÚBLICOS-MG COBRA E IPSEMG APRESENTA MELHORIAS

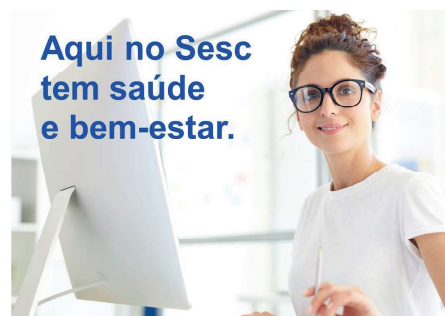


Pág. 04

SINDPÚBLICOS-MG celebra convênio com o SESC Minas

Pág. 06

Aqui no Sesc
tem saúde
e bem-estar.



CONFIRA AINDA:

Saiba o que é assédio moral
e o que deve ser feito

Pág. 03

Recomposição inflacionária:
servidores recebem reajuste
de 10,06%

Pág. 06

Confira as ações do Jurídico
do SINDPÚBLICOS-MG

Pág. 07



PARA REFLETIR



A luta é árdua e muitas vezes o desfecho é injusto e cruel. As vezes temos a sensação que não vale a pena continuar lutando e surge a tentação de buscar uma solução individual, barganhando diretamente com o chefe. É aí que mora o perigo!! Via de regra, o seu chefe não foi indicado por você e o compromisso dele mora do lado de lá. Mas o que é pior é que agindo assim você espanta os seus companheiros e chegará o momento em que estará sozinho, lutando contra todos. Historicamente, nos últimos 200 anos de capitalismo, apenas uma instituição resistiu a ganância dos patrões: os sindicatos.

Até que inventem outra, é melhor ficarmos unidos no nosso. Exercite sua memória e lembrará que todos os ganhos obtidos ocorreram através de lutas coletivas. O SINDPÚBLICOS-MG trabalha incessantemente buscando melhorias para os servidores públicos do executivo do governo estadual. Venha fazer parte, pois só a luta conquista!

Fileie-se ao SINDPÚBLICOS-MG!
Telefone: (31) 2121-8100

EXPEDIENTE



Endereço: Rua Ouro Preto, 581, 9º andar
Barro Preto - Belo Horizonte/MG
CEP: 30170-044
Telefone: (31) 2121-8100
Site: www.sindpublicosmg.org.br
E-mail: contato@sindpublicosmg.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Função Pública
Carlos Alberto Nogueira

Diretor Jurídico
Domingos Teodolindo Costa Mota

Diretora de Aposentados
Alcenira Ferreira de Matos

Diretor Educacional
Eduardo Sérgio Coelho

Diretor Coordenador Político
Geraldo Antônio Henrique da Conceição

Diretor Defesa Social
Hugo Barbosa de Paulo

Diretor Seplag
Natan Pereira

Diretor Fazendário
Ronaldo Luz Machado

Diretora Financeira
Inês Aparecida Soares

Diretor Intersindical
Pasquale Scovino

Diretor Administrativo
Cláudio Roberto Ferreira Utsch

Diretor de Assuntos da Minascaixa
Carlos Kleber Bechir

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Flávia Vianna - 12.180/MG

DIAGRAMAÇÃO
CYB Comunicação

IMPRESSÃO
Gráfica Cedáblio
Tiragem: 5.200 exemplares

ATENÇÃO SERVIDOR: VOCÊ ESTÁ SOFRENDO ASSÉDIO?



Banco de imagens

O assédio moral é um ato cruel e que atinge milhões de trabalhadores tanto públicos como privados. Falaremos um pouco sobre o assédio no serviço público.

1 – O que é assédio moral?

No serviço público o assédio moral é caracterizado pela exposição, de forma repetitiva e prolongada, dos servidores a situações humilhantes e constrangedoras durante a jornada de trabalho ou até mesmo fora dela. É uma conduta abusiva e desonrosa do gestor público, já que não tem como objetivo o interesse público. O assédio traz como consequência a violação da dignidade ou integridade psíquica ou física da pessoa.

2 - Manifestações do assédio moral

O assédio moral no serviço público pode ser praticado tanto por seus superiores quanto por grupos de servidores que servem como intermediários dos superiores hierárquicos para prejudicar a imagem profissional do servidor.

Como consequência da estabilidade do servidor público formas de violência moral são utilizadas, como por exemplo: removê-lo para setores que não correspondem a sua capacidade profissional, isolá-lo no local de trabalho, provocar a instauração de processo administrativo ou impedir sua promoção desabonando sua imagem perante à comunidade em que serve. Dentre outras atitudes que caracterizam o assédio moral, podemos citar as seguintes: gritar, xingar, apelidar, contar piadas para rebaixar moralmente o funcionário, ridicularizar, humilhar, ordenar tarefas impossíveis ou incompatíveis com a capacidade profissional, sonegar informações indispensáveis ao desem-

penho de uma função, repetir críticas e comentários improcedentes ou que subestimem os esforços, isolar a pessoa num corredor ou em uma sala com apenas uma cadeira, sem móvel ou telefone. É imprescindível que essas condutas sejam repetitivas.

3 – Qual a consequência do assédio moral?

Diante do assédio moral sofrido o servidor pode desenvolver uma série de problemas físicos ou psicológicos.

4 – Diante de um caso de assédio moral quais providências devo tomar?

Em geral o assediador é agressivo, mas pode ser sutil, usando desprezo e ironia. Sendo assim, não se deve travar diálogos ou discussões desnecessárias com o assediador, mas sim em munir de provas concretas do assédio como: comprovante de provas de correspondência, troca de e-mails, impressão de ofensas em sistema interno, gravações, filmagens, aliados para que possam testemunhar em juízo e a manutenção de um diário demonstrando a evolução e cronologia do assédio.

IMPORTANTE

Você não está sozinho! Denuncie! Entre em contato com o SINDPÚBLICOS-MG para que possamos ajudá-lo! (31) 2121-8100

SINDPÚBLICOS-MG ESCLARECE INFORMAÇÕES SOBRE O IPSEMG

O SINDPÚBLICOS-MG, sindicato preocupado com o bem estar dos seus filiados, está em constante diálogo com a presidência e diretoria de saúde do Ipsemg buscando melhorias no atendimento prestado aos usuários do Instituto.

Conversamos com o Diretor de Saúde, Pedro Diniz, sobre a rede credenciada ao Ipsemg.

1- Foi publicado na coluna do jornalista Luiz Tito no jornal O Tempo no dia 03/05/2022 que o IPSEMG comprometeu 150 milhões de reais contratando dois hospitais – MaterDei e Santa Genoveva - sem licitação. Além disso, disse que os hospitais acima citados estão recebendo quase o dobro do que é pago aos demais. Essas informações procedem?

R: Todos os contratos celebrados com a rede credenciada são feitos por meio do processo de credenciamento, instrumento previsto no Decreto 42897, de 17/09/2002, que regulamenta a assistência à saúde prestada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais. O processo de credenciamento é regulamentado na Nova Lei de Licitações, prevendo a inexigibilidade deste processo por não caber a concorrência entre participantes, dadas as condições orçamentárias e conveniência administrativa do IPSEMG - quanto maior o número de credenciados melhor para a Administração Pública. Reiterando que os contratos são celebrados prevendo o pagamento por produção, de modo que os prestadores credenciados só são remunerados mediante a comprovação do atendimento realizado, diferente das modalidades licitatórias ordinárias. A opção do IPSEMG pelo credenciamento de prestadores visa a celeridade e abrangência da capacidade de contratar prestadores de serviços de saúde aos beneficiários.

Sobre os valores contratuais, tanto o Hospital Mater Dei, em Betim, quanto o Hospital Santa Genoveva, em Uberlândia, não são os maiores de suas respectivas regiões, recebendo valores compatíveis com seu porte e necessidade de atendimento.

2- Por que existe essa diferença de valores pagos aos hospitais?

A diferença se dá pelo credenciamento de ambos os equipamentos preverem uma remuneração adicional ao preço ordinário de consulta mediante o monitoramento e a comprovação de atendimento de indicadores de qualidade de saúde determinados pelo IPSEMG. Caso os prestadores não cumpram os indicadores previstos, é estabelecido em contrato a regressão da remuneração a patamares inferiores.

3- O senhor poderia explicar o que é esse indicador de qualidade de saúde que os hospitais precisam ter ou apresentar?

Os indicadores são pactuados junto a cada prestador conforme a necessidade assistencial do Instituto em cada região. São exemplos de indicadores: a proporção mínima de consultas eletivas realizadas pelo prestador em relação ao todo, meta máxima de reclamações do



Arquivo

Pedro Diniz, Diretor de Saúde Ipsemg

beneficiário em relação aos serviços, taxa de conversão de internações em relação às entradas em Pronto-Atendimento, tempo de internação. Isso é feito para que o credenciado ofereça serviço de qualidade e eficiência aos beneficiários do IPSEMG.

Conversamos também com o Diretor de Saúde Rodrigo Kleinpaul sobre o atendimento próprio do Ipsemg, Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

1 – Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre as mudanças nas agências regionais no interior do Estado.

As novidades começam nas agências regionais do Ipsemg no interior do Estado. A Presidente do Ipsemg, Sra. Luiza Campos tem feito visitas in loco para avaliar a estrutura e a necessidade das agências no interior de Minas Gerais. Verificou-se que a grande maioria das agências precisará de reformar estruturais, enquanto outras já poderão atender assim que os novos profissionais forem credenciados. É importante esclarecer que o novo modelo do Ipsemg divide o estado em macrorregiões e cada uma possuirá uma unidade com pediatra, ginecologista, clínico geral, enfermeira e dentista. O plano de credenciamento para médicos e dentistas já está pronto e a expectativa é que os atendimentos comecem em breve nas agências que já têm o atendimento e estrutura para isso. O nosso objetivo é melhorar ainda mais o atendimento aos usuários.

2 – Quais mudanças vem ocorrendo no HGIP?

Com objetivo de melhorar as condições de trabalho e atendimento dos beneficiários em suas unidades, o Ipsemg realiza obras de manutenção e reestruturação física no Hospital Governador Israel Pinheiro (HGIP), em Belo Horizonte, assim como aquisição de equi-



Rodrigo Kleinpaul, Diretor de Saúde Ipsemg

pamentos, contratação de profissionais da assistência à saúde em várias especialidades e adequações nos processos de gestão de trabalho.

As principais mudanças na infraestrutura ocorrem no HGIP desde 2020. A unidade passou por reformas e melhorias internas no Bloco F do 2º andar com ampliação de 16 leitos do CTI Adulto; modernização dos sete elevadores; adequações de vestiários centralizados; troca de pisos das salas cirúrgicas e da sala de recuperação da Ala A do Bloco Cirúrgico no 8º andar; pintura geral das enfermarias e áreas de apoio do 3º andar da Ala A.

3 - Gostaríamos de saber sobre o parque tecnológico e os equipamentos recém adquiridos.

O parque tecnológico estava defasado e com o empenho e a nova gestão do Ipsemg novos equipamentos têm sido comprados para melhorar o atendimento aos usuários: raio x digital; ventilador pulmonar e cardioversores, entre outros equipamentos que têm sido adquiridos pelo Ipsemg.

Neste ano, o HGIP já adquiriu equipamentos para modernizar e qualificar ainda mais a assistência à saúde dos pacientes. Recentemente, o Instituto credenciou para o Hospital técnicos de Enfermagem buscando regularizar seu quadro de pessoal. E, agora, mantém aberto edital para credenciamento de profissionais da assistência à saúde em várias especialidades. O aperfeiçoamento nos processos de trabalho é recorrente, o mais recente foi a criação de leitos de transição no Serviço Médico de Urgência (SMU). Existe um monitoramento de tempo de atendimento de cada usuário que busca atendimento no serviço médico de urgência. Isso é feito para que a gestão seja feita de forma mais eficiente, diminuindo o tempo de espera dos pacientes e identificando os gargalos – principalmente nas sazonalidades, épocas que o hospital costuma ficar mais cheio.

4 – O SINDPÚBLICOS-MG recebeu recentemente uma denúncia que a máquina de ressonância magnética não estava funcionando. Isso procede?

Hemodiálise, tomografia e ressonância magnética estão funcionando perfeitamente no hospital atendendo a demanda interna. Funcionam em três turnos, manhã, tarde e noite e são suficientes para a demanda do hospital e pacientes que chegam no SMU.

5 – Existe algum processo de expansão dos leitos do CTI do HGIP?

Atualmente são 18 leitos pediátricos no CTI e 46 leitos no CTI adulto. Seis desses leitos ainda aguardam acolhimento do credenciamento dos técnicos de enfermagem e médicos, o que levará cerca de 30 dias até que entrem em funcionamento.

É importante ressaltar que o Ipsemg tem feito uma gestão mais eficiente e focando naquilo que o hospital consegue oferecer de melhor aos usuários: melhorias no parque tecnológico, atendimento humanizado, credenciamento de profissionais; melhorias no atendimento no interior do estado.

REUNIÕES MENSAIS

Geraldo Henrique, diretor político do SINDPÚBLICOS-MG e presidente do Conselho de Beneficiários do Ipsemg, tem participado mensalmente de reuniões com os diretores de saúde, representantes da SEPLAG e em algumas situações com a Presidente do Ipsemg, Luiza Campos. Além disso, tem feito diligências nas cidades do interior do estado para

verificar o atendimento médico hospitalar aos usuários.

Você tem alguma observação ou reclamação do atendimento do IPSEMG na cidade onde mora? Mande um e-mail para comunicacao2@sindpublicosmg.org.br com a sua cidade e quais dificuldades você está enfrentando junto ao Ipsemg.



SINDPÚBLICOS-MG LUTA E ARTICULA, SERVIDORES RECEBERÃO 10,06% DE RECOMPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA

Os servidores públicos do estado do poder executivo receberam, após muita luta e articulação política do SINDPÚBLICOS-MG com os demais sindicatos, os valores retroativos da recomposição inflacionária de 10,06%, correspondentes aos meses de janeiro a março de 2022, em junho deste ano.

Segundo o Governo o valor retroativo será recebido no quinto dia útil de junho. O aumento inclui todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo.

Além disso, uma grande vitória do SINDPÚBLICOS-MG foi o reajuste da ajuda de custo. Os servidores que recebiam R\$47,00 passaram a receber R\$75,00 por dia trabalhado mediante pactuação de metas e indicadores pelos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Segurança

O SINDPÚBLICOS-MG informa que no dia 04 de março o Governador aprovou, com o PL 3568, o auxílio vestimenta para todos os servidores técnicos e administrativos do sistema prisional e socioeducativo, inclusive os trabalhadores destas carreiras que laboraram na CAMG.

Esse benefício foi fruto de intensa articulação do SINDPÚBLICOS-MG com a Sejusp, Seplag e deputados, principalmente o Dep. Sgt Rodrigues, que acatou e realizou o pedido de emenda.

Sendo assim, além dos 10,06% de recomposição salarial, estes



servidores receberão quatro parcelas equivalentes a 40% do salário base de um soldado da PM.

Além disso, para os servidores das forças de segurança, as duas primeiras parcelas de cerca de R\$ 2 mil a título de abono fardamento ou auxílio vestimenta, referentes a fevereiro e maio, conforme previsto na lei, serão pagas em maio. Ao todo, serão quatro parcelas ao longo do ano, totalizando aproximadamente R\$ 8 mil deste benefício.

LAZER

SINDPÚBLICOS-MG CELEBRA CONVÊNIO COM O SESC, APROVEITE!

O SINDPÚBLICOS-MG firmou convênio com o Sesc - Serviço Social do Comércio para desconto nos serviços ofertados pelo mesmo em Minas Gerais.

Os filiados ao SINDPÚBLICOS-MG e seus dependentes diretos terão 20% (vinte por cento) de desconto sobre a tabela vigente do Sesc referente à categoria “público geral – demais clientes”.

O desconto oferecido aos filiados do SINDPÚBLICOS-MG refere-se à inscrição sobre os serviços de lazer (salvo Sesc Contagem e Sesc Santa Luzia), aquisição de ingressos para apresentações culturais, locação de espaços no Sesc Minas, tarifas de excursões e hospedagens e demais serviços ofertados pelo Sesc.

Para usufruir é necessário que o filiado entre em contato com o SINDPÚBLICOS-MG solicitando uma declaração de filiação. Após recebê-la, poderá se cadastrar no Sesc.

Mais informações pelo telefone

(31) 3270-8100 ou no site:

<http://www.sescmg.com.br>

Para solicitar a declaração de filiação envie um email para contato@sindpublicosmg.org.br

** O SINDPÚBLICOS-MG não tem qualquer responsabilidade sobre os contratos realizados entre os filiados e as empresas conveniadas.*



ATENÇÃO PARA GOLPE NA COMPRA DE PRECATÓRIOS!!!

Alguns filiados que têm precatórios estão recebendo telefonemas e mensagens de Whatsapp de uma empresa com proposta de “ANTECIPAÇÃO DE PRECATÓRIO”.

Cuidado!!! O valor oferecido pela empresa é irrisório perto do valor real que o filiado tem a receber.

O próprio site do Tribunal de Justiça adverte os credores que o valor de formação do precatório (valor de face) sempre será atualizado desde a data de liquidação até a data em que ocorrer o pagamento.

Essa atualização, em muitos casos, pode triplicar o valor de formação do precatório (valor de face).

Como o precatório demora a ser pago, o credor não tem noção do valor atualizado, o que o leva, muitas vezes, a aceitar a proposta e ter um enorme prejuízo.

FIQUEM ATENTOS!!! EM CASO DE DÚVIDA, ENTRE EM CONTATO ANTES COM O SINDICATO!!!

ESTADO VOLTA A PAGAR AS REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV

O Estado voltou a pagar as Requisições de Pequeno Valor (RPV), que se referem a valores devidos pelo Estado nas ações judiciais até o teto vigente de R\$22.530,13 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta reais e treze centavos).

Se você tem ações que foram julgadas procedentes e que se en-

contram na fase de cumprimento de sentença, cujo valor seja inferior a R\$22.530,13, o recebimento dos créditos devidos pelo Estado poderão ser agilizados, pois não será necessária a indisponibilidade dos valores na conta do ente público. Valores acima desse teto serão pagos por precatório.

AÇÃO FÉRIAS-PRÊMIO

Em setembro de 2021, o Governo do Estado de Minas Gerais iniciou o pagamento, aos aposentados, das férias-prêmio convertidas em espécie (adquiridas até 29/02/2004).

Para os servidores com ação ajuizada, o Estado está propondo, na maioria dos processos, um acordo com “previsão de pagamento” de forma administrativa até dezembro de 2022 e a consequente extinção da ação.

Assim, quando é apresentada a proposta, o Jurídico, por meio do advogado responsável pelo processo, entra em contato com o filiado para os devidos e necessários esclarecimentos a fim de que o autor possa decidir se aceita o acordo.

Caso o filiado tenha uma ação visando o pagamento das férias-prêmio convertidas em espécie e não tenha sido contactado pelos advogados do Jurídico, isto significa que não houve proposta de acordo e o processo continua em normal tramitação.

Ressaltamos que o Jurídico entrará em contato com o autor da ação sempre que houver movimentação processual relevante e do seu interesse.

Importante esclarecer que nem o Sindicato e nem os advogados podem garantir o efetivo pagamento das férias-prêmio no prazo estipulado pelo Estado aos filiados que aderirem ao acordo, posto que temos servidores que não desistiram da ação e mesmo assim receberam o pagamento administrativamente, bem como servidores que não têm a referida ação e não receberam as férias-prêmio em espécie.

Assim, a orientação do SINDPÚBLICOS-MG para os seus filiados com ação de férias-prêmio em tramitação continua sendo de não desistir do processo, pois há incerteza sobre o pagamento de forma administrativa.



SUSPENSÃO DOS PROCESSOS IRDR PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE ADICIONAL

Fixada no julgamento de 19/09/2018, a tese firmada no Incidente de Resolução de Demandas Repetidas sobre a Promoção por Escolaridade Adicional - Processo nº 094141542.2016.8130000 - reconheceu a legalidade da regulamentação feita por Decreto da norma criadora da promoção por escolaridade adicional (art.19 da Lei nº15.464/2005), afastando as chamadas travas temporais.

No entanto, a decisão manteve a redução do interstício de tempo para as promoções, o quantitativo de avaliações e a necessidade do requerimento administrativo, com a análise da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento e Gestão, bem como a conclusão do estágio probatório e a correlação do curso com as atribuições do cargo.

Da decisão que fixou a tese do IRDR foram interpostos recursos,

tanto pelo Estado de Minas Gerais quanto pelos demais Sindicatos que participam do feito, que ainda se encontram pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça- STJ e no Supremo Tribunal Federal - STF.

Assim, não tendo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e nem o Superior Tribunal de Justiça concedido diretamente a ordem de continuidade da suspensão dos processos que versam sobre a matéria, como solicitado pelo Estado de Minas Gerais, persiste a divergência de entendimento no Judiciário Mineiro, notadamente, quanto à permanência da suspensão dos processos de promoção e a possibilidade de concessão das promoções diretamente pelo Judiciário, dependendo do entendimento de cada julgador, até que se tenha o julgamento final do IRDR.

AÇÕES DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

Consulte o site www.sindpublicosmg.org.br, na aba jurídico e verifique as ações que possam lhe interessar. Em caso de dúvida, procure o Plantão do Departamento Jurídico na sede do Sindicato - Rua Ouro Preto, nº 581, 9º andar, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG ou através do tel: (31) 2121-8100.

IMPORTANTE: MANTENHA O ENDEREÇO E TELEFONE ATUALIZADOS JUNTO AO SINDICATO PELO TELEFONE: (31) 2121-8100 OU PELO EMAIL: contato@sindpublicosmg.org.br

ATENÇÃO FILIADOS!

É muito importante manter os dados cadastrais atualizados na base de dados do Sindicato. Com frequência o departamento jurídico e/ou administrativo do SINDPÚBLICOS-MG precisa entrar em contato com filiados e não consegue porque dados como endereço, números de telefones e endereço de e-mail estão incorretos ou desatualizados.

Mantenham sempre seus dados cadastrais atualizados para facilitar a comunicação e para receber notícias em primeira mão!

Nome, endereço, telefone fixo ou celular, email (caso não possua pode ser o de um dependente direto) e se é servidor da ativa ou inativo.

Entre em contato através do telefone (31) 2121-8100 ou contato@sindpublicosmg.org.br ou em nosso endereço na rua Ouro Preto 581, 9 andar e atualize seus dados!